

TRABALHO E ALIENAÇÃO

Nara Telânio Tavares dos Santos¹

RESUMO: Este artigo não pretende esgotar o debate teórico sobre a categoria alienação, mas de tentar compreendê-la a partir de uma rápida discussão sobre a divisão do trabalho capitalista, o salário e a exploração do trabalhador e da força de trabalho como mercadoria. O trabalho ao longo da história adquiriu características específicas de acordo com as relações sociais de produção, cuja determinação vincula-se ao modo de produção de cada época. Segundo Karl Marx o trabalho é a mediação entre o homem e a natureza, onde a partir dessa interação se dá o processo de formação do homem, principalmente no que se refere a sua formação enquanto ser social, com isso tem-se o trabalho como uma categoria ontologicamente fundamental neste processo. No modo de produção capitalista, o trabalho vem perdendo sua característica de elemento de socialização e de alicerce de toda atividade do homem, o trabalhador ao vender sua força de trabalho iguala-se a uma mercadoria e limita-se a depender das condições postas pelo capitalista, que paga um salário ilusório ao que é realmente produzido por este trabalhador. Nesse contexto o trabalhador torna-se alienado, na medida em que ele produz um objeto e não pode possuí-lo, pelo fato desse objeto ser possuído por outro homem. Como consequência o trabalhador aliena-se da própria atividade produtiva e também de si próprio, tendo como resultado deste processo a propriedade privada, que, por sua vez está diretamente relacionada à desapropriação do objeto do trabalhador e o esforço deste em possuí-lo.

PALAVRAS CHAVES: Trabalho, Capitalismo, Alienação.

1 INTRODUÇÃO

A história do trabalho começou com a busca do homem por meios que satisfizessem suas necessidades e com isso deu-se início a produção da vida material. Essa busca se reproduziu historicamente em toda a ação humana e criou as relações sociais que determinaram as condições históricas do trabalho. O desenvolvimento das técnicas produtivas e as especificações do processo de trabalhado se deram de forma determinada, de acordo com as relações sociais em cada modo de produção.

Segundo Marx (2004), mesmo com toda a estruturação histórica, o trabalho é conceituado como um processo de transformação da natureza pelo homem, que nessa interação também se transforma a si mesmo. Como mediador entre o homem e a natureza o

¹ Estudante de Pós-graduanda em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais da Universidade Estadual do Ceará, Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará e Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: nara.tavares@stds.ce.gov.br .

trabalho é o alicerce de toda atividade humana, é o processo histórico pelo qual o homem se transformou em ser social. Consequentemente, os homens através do trabalho, são o que fazem a cada momento histórico e sem essa constante transformação, o ser social, a reprodução da sociedade não seria possível.

No entanto, o trabalho ao longo da história vem sendo estritamente relacionado ao progresso econômico e ao desenvolvimento social, omitindo as características que o torna atividade vital do homem. Como exemplo, o surgimento do excedente econômico muda a relação do homem com sua atividade produtiva e impõe a exploração do homem pelo homem, inaugurando assim as classes sociais como fator determinante nas relações sociais de produção.

Com esses acontecimentos o processo de trabalho foi adaptado a cada modo de produção. Desde o nomadismo até o modo de produção capitalista os homens ao transformarem as forças produtivas, transformaram também as relações sociais e a si próprios tornando possíveis caracterizações específicas para cada momento histórico.

O trabalho, sob as determinações das relações capitalistas de produção, aos poucos vem deixando de ser livre e sinônimo de atividade vital do homem para torna-se alienado, uma vez que o trabalhador tem o uso da sua força de trabalho e sua capacidade teleológica limitadas aos interesses da (re)produção desse sistema, ao se adequar as novas formas de organização da produção e principalmente ao vender sua força de trabalho para sobreviver.

Nesse contexto, pensar o trabalho alienado compreende quatro aspectos fundamentais; a alienação do homem em relação ao produto do seu trabalho, em relação a sua própria atividade, ao seu ser genérico e em relação aos outros homens. Segundo Mészáros (2006) essa compreensão perpassa os *Manuscritos de 1844*, onde Marx discute o trabalho sob dois vieses. O primeiro refere-se ao trabalho como atividade produtiva fundamental ao desenvolvimento humano, o trabalho enquanto categoria ontológica e o segundo trata o trabalho na sua forma de divisão do trabalho capitalista, onde organizado pelas determinações capitalistas torna-se a base da alienação.

2 DIVISÃO DO TRABALHO CAPITALISTA

Pensar o início do modo de produção capitalista nos remete a divisão manufatureira do trabalho. É a partir dela que o capital introduz na produção uma divisão do trabalho específica, inserida no interior das unidades produtivas. E mesmo após alguns séculos “de

uma forma ou de outra a divisão do trabalho [ainda] permanece [como] o princípio fundamental da organização industrial” (BRAVERMAN, 1987, p. 71). Tal sistemática se mantém para que assim cada trabalhador execute apenas “uma operação parcial de um conjunto de operações que são, todas, executadas simultaneamente” (BOTTOMORE, 2001, p. 112), não permitindo a apropriação total do processo produtivo e principalmente para acelerar a produção.

A divisão do trabalho capitalista visa uma melhor regulação e aumento da produção com base nos interesses dos capitalistas que tem em sua gênese a busca incessante pela acumulação de capital. Com isso é possível afirmar que a divisão do trabalho é uma condição necessária para a produção de mercadorias, pois, “sem atos de trabalho mutuamente independentes, executados isoladamente uns dos outros, não haveria [um grande número de] mercadorias para trocar no mercado” (BOTTOMORE, 2001, p. 112), o que conseqüentemente dificultaria a (re) produção das relações capitalistas.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, a Revolução Industrial, que possibilitou o emprego de máquinas no processo de produção, intensificou a necessidade da divisão do trabalho para distribuir e adaptar os vários tipos e etapas do processo produtivo para aumentar ainda mais a produção. A divisão do trabalho na indústria não é uma simples distribuição de tarefas, ofícios ou especialidades da produção, mas uma relação da sociedade capitalista que torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção, transformando o trabalho em uma atividade mecanizada, fazendo com que o homem não mais crie em sua produção, mas apenas acompanhe o que a máquina realiza:

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador utiliza a ferramenta; na fábrica, é um servo da máquina. Lá, era dele que partia o movimento realizado pelo instrumento do trabalho; aqui, ele acompanha tal movimento. Na manufatura, os trabalhadores constituem os membros de um organismo vivo. Na fábrica, existe um organismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como acessórios vivos (FISCHER, 1970, p. 27).

Dessa forma a divisão do trabalho capitalista torna o trabalhador “cada vez mais unilateral e dependente, assim como acarreta a concorrência não só dos homens, mas também entre [homens e] máquinas. Posto que o trabalhador baixou à [condição de] máquina” (MARX, 2004, p. 27). Nessas condições “a divisão do trabalho fez surgir e solidificou a desigualdade social, e o trabalho não foi dividido em partes iguais, mas sim com vantagens para o mais forte e desvantagem para o mais fraco” (FISCHER, 1970, p. 23), onde para o trabalhador nada resta se não a subsunção ao capital e a venda da sua força de trabalho.

Com a divisão do trabalho os meios de produção concentraram-se nas mãos dos capitalistas, que reorganizaram o processo de produção a fim de controlar não só a produção de mercadorias, mas principalmente a força de trabalho e a capacidade teleológica do trabalhador, uma vez que este, dentro do processo produtivo, só tem a oferecer sua força de trabalho torna-se dependente das vontades do capitalista, submetendo-se as mais diversas determinações.

É com a divisão do trabalho capitalista que o trabalhador perde a totalidade do processo produtivo se alienando a reprodução mecânica dos movimentos isolados e sem sentido, que esmaga suas qualidades humanas e individuais tornado tudo (homem e objeto) em mercadoria. Onde o trabalhador nada mais é do que uma extensão da máquina ou uma marionete das exigências do mercado, uma vez que a adequação as determinações do sistema aparenta ser a única solução para a sua sobrevivência.

Então, foi na divisão do trabalho que o capitalismo solidificou a exploração do trabalhador pelo capitalista, fazendo aquele se subjugar aos interesses deste, levando o trabalhador a uma condição desumana, uma vez que ele é tratado como uma mercadoria, fazendo do trabalho “a negação de seu princípio que é de ser ação criadora na qual o próprio homem se cria, o transformando em acessório da máquina, em função parcial no mecanismo dos meios de trabalho que dominam” (FISCHER, 1970, p. 28).

3 SALÁRIO E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHADOR

É sabido que o surgimento do excedente econômico possibilitou a exploração do homem pelo homem através do trabalho, para assim apropriar-se desse excedente. Com isso, o trabalho e as relações sociais, bem como os modos de produção, durante o processo histórico passaram por várias modificações até chegar às configurações do atual sistema. Na sociedade capitalista a exploração do homem pelo homem acontece na relação entre o capitalista e o trabalhador, onde o capitalista por ser detentor dos meios de produção compra a força de trabalho desse trabalhador.

Nesse contexto, surge “os salários [como] forma monetária pela qual os trabalhadores são pagos pela venda de sua força de trabalho” (BOTTOMORE, 2001, p. 331), com isso o processo de trabalho, mais especificamente no sistema capitalista, passou a ser chamado de trabalho assalariado onde a partir de um contrato ou acordo estabelece condições da venda dessa força pelo trabalhador e sua compra pelo empregador.

Assim, o salário pago ao trabalhador significa o valor necessário para sua subsistência e principalmente a condição necessária para a reprodução da classe trabalhadora, porém em alguns casos esse salário se torna insuficiente para sustentar sua família a ponto de não garantir nem as necessidades básicas, ou seja, “o salário expressa o quanto custa, para o sistema capitalista, a reprodução da força de trabalho, mas não expressa as reais necessidades humanas de quem está exercendo a função assalariada” (LESSA & TONET, 2008, p. 99).

Tal contexto nos permite afirmar que o trabalhador assalariado é explorado de tal forma que, o salário recebido possibilita sua sobrevivência apenas para servir ao sistema capitalista:

Qual é custo da produção de um trabalhador assalariado? Nada mais, nada menos, do que custa à sociedade a reprodução da sua força de trabalho. E, como para isso basta que a pessoa seja mantida viva e com um mínimo de saúde, a maior parte das necessidades autenticamente humanas dos trabalhadores não será sequer reconhecida, quanto mais levada em consideração pelo capital (MARX, 2004, p. 24).

Mesmo reproduzido ideologicamente como trabalho livre, o trabalho assalariado oculta a exploração do trabalhador, uma vez que o salário é apenas uma representação, uma ilusão que se mostra como um meio de “ressarci” ao trabalhador o valor produzido pela sua força de trabalho na produção, porém, o salário ao representar o pagamento da força de trabalho, paga apenas um valor “inferior ao que o trabalhador pode criar em um dia de trabalho” (BOTTOMORE, 2001, p. 331) para que assim o capitalista possa obter a mais-valia.

A partir disso, é possível dizer que o salário é um mecanismo de reafirmação da força de trabalho como mercadoria, possibilitando a compreensão de que “a existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria” (MARX, 2004, p. 27) e como tal está subsumido as determinações do sistema capitalista.

4 FORÇA DE TRABALHO COMO MERCADORIA

Independente das características adquiridas ao longo do processo histórico, mais especificamente dentro de cada modo de produção, o trabalho, segundo Marx (2004), deve ser entendido principalmente como totalidade, como essência genérica dos homens, como uma atividade criadora e não como uma atividade forçada, um destruidor das potências humanas.

A inversão da significação do trabalho se intensificou a partir do sistema capitalista, “quando o trabalho não é [mais] criador, mas destruidor, não é um jogo de forças livres, mas

trabalho forçado, quando não é [mais] explicitação de todas as potências físicas e espirituais, mas [de] definhamento” (FICHER, 1970, p. 22) do trabalhador.

A partir dessa relação o trabalho usado para aumentar a mais-valia do capitalista, para que este possa cada vez mais acumular capital, torna-se um meio para a ampliação da riqueza de poucos. Essa acumulação de riquezas depende da forma de exploração da força de trabalho, “pois quanto maior a exploração da força de trabalho, maior será a mais-valia e a acumulação” (NETO e BRAZ, 2007, p. 127) de capital, e isso se dá quando o capitalista, que já é o possuidor dos meios de produção, adquire através da compra, cujo pagamento se dá através do salário, a força de trabalho do trabalhador para a produção de mercadorias.

É a compra e venda da força de trabalho, que faz dessa força e do trabalhador uma mercadoria. Pois ao comprar a força de trabalho o capitalista paga ao trabalhador um valor inferior ao que sua força produtiva realiza, não se importando com as necessidades desses trabalhadores, mas somente com a sua capacidade de produção. Os capitalistas “não conhecem [os trabalhadores] como seres humanos, mas apenas como instrumentos de produção, os quais têm de render tanto quanto possível e fazer tão poucas despesas quanto possível” (MARX, 2004, p. 38).

É nesse contexto que o trabalhador é reduzido à sua força de trabalho, que ao ser tratada como mercadoria o faz também uma mercadoria. É nessa perspectiva que o homem, é tratado como coisa, sendo possível comparar o trabalhador a um tipo de capital vivo dentro do sistema capitalista, onde ao produzir a mercadoria produz a si mesmo como mercadoria. E assim o homem não é mais reconhecido como homem, mas somente enquanto trabalhador, enquanto mercadoria:

Mas o trabalhador tem a infelicidade de ser um capital vivo e, portanto, carente (*bedürftig*), que, a cada momento em que não trabalha, perde seus juros e, com isso sua existência. Como capital, o valor do trabalhador aumenta no sentido da procura e da oferta e, também fisicamente, a sua existência (*Dasein*), a sua vida, se torna sabida como oferta de mercadoria, tal como qualquer outra mercadoria. O trabalhador [produz], portanto, a si mesmo, e o homem enquanto trabalhador, enquanto mercadoria é produto do movimento total (MARX, 2004, p. 91).

Portanto a produção produz o homem, segundo Marx (2004) a produção faz do homem uma mercadoria humana. Isso se dá a partir da relação entre capitalista e trabalhador, que está estritamente resumida à relação de compra e venda da força de trabalho. Nesse contexto as carências do trabalhador que são levadas em conta pelo capitalista referem-se somente à necessidade de mantê-lo vivo durante a jornada de trabalho, para que essa

mercadoria humana, chamada trabalhador, não suma e assim possa continuar a reproduzir as relações sociais desse sistema.

5 TRABALHO ALIENADO

É na relação social entre trabalhador e capitalista, onde o trabalhador é tratado como uma mercadoria e como está sujeito aos interesses dos proprietários dos meios de produção, que o trabalho alienado se desenvolve e se concretiza. É sob as determinações capitalistas que se dá sua transformação, pois o trabalho livre e provido de significado como atividade vital, é convertido em trabalho alienado, sem sentido.

Segundo Mészáros (2006) o conceito de alienação tratado por Karl Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* tem quatro aspectos: o primeiro refere-se à alienação do homem em relação ao produto do seu trabalho, no segundo o homem está alienado a sua atividade produtiva, no terceiro aspecto o homem está alienado ao ser genérico e o quarto a alienação é do homem em relação a outro homem.

Sob as determinações capitalistas, o trabalhador ao produzir mercadorias que não o pertence torna o objeto produzido estranho e independente dele, pois “quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto” (MARX, 2004, p. 81) e subsumindo-se as determinações do capital.

Tal domínio se expressa através da busca pela apropriação desse objeto, onde o trabalhador para possuí-lo realiza grandes esforços, submetendo-se as mais adversas condições de trabalho, ao mesmo tempo em que tal objeto ao se defrontar com trabalhador adquire um “poder” independente ao mesmo tempo em que se torna um objeto estranho e faz o trabalhador aliena-se.

[...] o objeto (Gegenstand) que o trabalho produz, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (sachlich), é a objetivação (Vergegenständlichung) do trabalho. A efetivação (Verwirklichung) do trabalho é a sua efetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (Entwirklichung) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (Entfremdung), como alienação (Entäusserung) (MARX, 2004, p. 80).

É sob essas condições que o trabalhador se tornar servo do objeto por ele produzido, pois “quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; [e] quanto mais valorizes cria, mais sem valor e indigno [o trabalhador] se torna” (MARX, 2004, p. 82), uma vez que o objetivo produzido cria “vida” e independe das vontades ou necessidades do seu produtor.

Outro aspecto refere-se à alienação do trabalhador em relação a sua própria atividade produtiva, pois já que o objeto produzido pelo trabalhador lhe é estranho e exterior, a própria produção também se mostra uma atividade de exteriorizada.

Essa exteriorização consiste em o trabalho não pertencer ao trabalhador, assim como o produto do trabalho também não pertence a ele, dessa forma ele não se sente bem e se nega na sua atividade produtiva, assim o trabalho torna-se para o trabalhador uma atividade forçada e obrigatória. Nessas condições, o trabalho perde a função de satisfazer as carências do trabalhador e torna-se apenas um meio para a produção de mercadorias e acumulação de capital.

Em que consiste, então, a exteriorização do trabalho? Primeiro, que o trabalho é externo (äusserlich) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte em primeiro lugar, junto a si [quando] quando fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (MARX, 2004, p 82 e 83).

A atividade produtiva, dada como um trabalho externo ao trabalhador e pelo qual ele se exterioriza, é para ele como uma atividade que exige sacrifícios, tornando a relação com a sua própria atividade algo estranho e que não lhe pertence, levando-o também a não pertencer a si mesmo, mas como se pertencesse a outro, e a partir disso o trabalho não tem mais a característica de auto-atividade do homem, mas sim de alienação.

O terceiro aspecto diz respeito à alienação do homem em relação ao seu ser genérico. Antes de ser um trabalhador o homem é um ser genérico “quando se relaciona consigo mesmo como [com] o gênero, presente, vivo quando se relaciona consigo mesmo como [com] um ser universal, [e] por isso livre” (MARX, 2004, p. 83 e 84). E como ser genérico com uma vida genérica esse homem vive também da natureza inorgânica que faz parte da sua consciência, sendo também parte da sua vida e da sua atividade produtiva quando busca uma forma de dominá-la para satisfazer suas necessidades.

Nessa relação, o homem “faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ela é um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital” (MARX, 2004, p. 84).

No entanto o trabalho alienado “estranha do homem a natureza, e o homem de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ele estranha do homem o gênero humano” (MARX, 2004, p. 84). Assim, o trabalho deixa de ser atividade vital, levando a vida

produtiva do homem, que deveria ser uma característica da vida genérica, a ser apenas “um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física” (MARX, 2004, p. 84), ou seja, a sua existência enquanto trabalhador.

Sobre o quarto aspecto, a alienação é do homem em relação a outro homem, Marx (2004) ao questionar sobre o produto do trabalho, que se torna um objeto estranho e independente, como também a atividade produtiva, que passa a ser uma atividade não livre, não pertencerem ao trabalhador explicita que isso só é possível, porque pertencem a outro homem, que não é o trabalhador.

Se ele relaciona, portanto, com o produto do seu trabalho, com o seu trabalho objetivado, enquanto objeto estranho, hostil, poderoso, independente dele, então se relaciona com ele de forma tal que um outro homem estranho (*fremd*) a ele, inimigo, poderoso, independente dele, é o senhor deste objeto. Se ele se relaciona com a sua própria atividade como uma [atividade] não-livre, então ele se relaciona com ela com a atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o julgo de um outro homem (MARX, 2004, p. 87).

Nesse contexto, é a partir do trabalho alienado que o trabalhador cria as relações de estranhamento tanto em relação a sua atividade, como com o produto dessa atividade e em relação ao outro. É o homem, através do trabalho alienado, que faz da sua atividade produtiva sinônimo da sua desefetivação, assim como também do objeto da sua produção pertencer a outro homem, por dar a este o poder de apropriação, onde esse homem estranho é o capitalista.

Através do trabalho estranhado o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto homens que lhe são estranhos e inimigos; ele engendra também a relação na qual os outros homens estão para a sua produção e o seu produto, e a relação na qual ele está para com estes outros homens. Assim como ele [engendra] a sua própria produção para a sua desefetivação (*Entwirklichung*), para o seu castigo, assim como [engendra] o seu próprio produto para a perda, um produto não pertencente a ele, ele engendra também o domínio de quem não produz sobre a produção e sobre o produto. Tal como estranha de si a sua própria atividade, ele apropria para o estranho (*Fremde*) a atividade não própria deste (MARX, 2004, p. 86).

Portanto, o trabalho alienado está relacionado ao fato de o trabalhador produzir um dado objeto e não poder possuí-lo, pois o produto da sua produção é apropriado por outro homem, o capitalista. Essa apropriação torna não só o produto do trabalho como também a própria atividade produtiva estranha ao trabalhador. Nessas condições “a apropriação aparece como estranhamento, como exteriorização, e a exteriorização como apropriação, [e] o estranhamento” (MARX, 2004, p. 89) como algo natural e necessário para o desenvolvimento das relações sociais, dentro do sistema capitalista.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como definição de trabalho uma atividade desenvolvida pelo homem, sob determinadas formas, como um meio para satisfazer suas necessidades, bem como também para produzir riquezas, o trabalho torna-se uma categoria que, além de indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade. Nessas condições o trabalho faz do homem um ser social, na medida em que transforma a natureza e por meio desta transformação produz a base material da sociedade. Assim o processo histórico da construção do homem enquanto ser social e da sociedade tem no trabalho o seu fundamento.

Para Marx (2004), o homem faz a sua própria história, na medida em que transforma a realidade através do trabalho e desenvolve as relações de produção que subordina o trabalho a determinadas relações sociais. Todo esse processo se deu com o aperfeiçoamento das técnicas produtivas desde o surgimento do excedente econômico e conseqüentemente a formação das classes sociais.

No decorrer da história cada modo de produção adquiriu características de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, ao adentrar no modo de produção capitalista o trabalho foi subordinado as suas determinações e perdeu sua característica de mediador entre o homem e a natureza, de fundamento do ser social e tornou-se apenas um processo de criação de valores, processo de valorização do capital.

Nesse contexto, assim como o trabalho, o trabalhador também se tornou subordinado aos interesses do capital, onde a autoconsciência do homem, enquanto ser livre e criador, foi substituída por uma “consciência social dolorosamente coercitiva, exprimindo a ação de forças alheias ao homem, [ao mesmo tempo em que] contribui para dar às condições [da] atividade humana o caráter inóspito que elas assumem sob o capitalismo” (KONDER, 1965, p. 103).

A degradação mais intensa do trabalho, a partir do capitalismo, fez com o trabalho se tornasse alienado. Pois o trabalhador na sua atividade produtiva se sente estranho e desconfortável, não se reconhece enquanto ser humano, mas apenas enquanto trabalhador, tendo em vista que à medida que ele produz se distancia da sua produção por não poder possuí-la. Tal distanciamento faz com que esse trabalhador produza sempre mais com o objetivo de alcançar o objeto produzido, tornando-se dependente do seu trabalho, sendo por ele dominado ao mesmo tempo em que se auto-aliena.

Portanto, de acordo com as condições estabelecidas pelo poder do capital, o trabalho deixa de ser sinônimo de autoprodução do homem enquanto ser social e torna-se alienado. A alienação faz com que o homem pense sua existência primeiramente como trabalhador e em segundo como sujeito físico, como ser genérico da humanidade, a ponto de não conseguir enxergar a possibilidade de uma sobrevivência fora dos domínios do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Trad. br. Ivone Castilho Benedetti – 4ª Ed. – São Paulo: Martins fontes, 2000.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**[1983]. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FISCHER, Ernest, **O que Marx realmente disse**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

LESSA, Sérgio e TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁRIOS, Istvan. **Marx: a teoria da alienação**. São Paulo: Boitempo, 2006.

NETO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 3 ed. São Paulo: CORTEZ, 2007.